

## ECONOMIA E COESÃO TERRITORIAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP

#### Deliberação n.º 1063/2025

**Sumário:** Designação da licenciada Marta de Jesus Rosado Santos para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão de Auditoria e Transparência, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP, em regime de comissão de serviço.

De acordo com as disposições vertidas nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, foi tornado público, através do Aviso n.º 5787/2025/2, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro, da oferta de emprego OE202502/1260, na Bolsa de Emprego Público, e de aviso no jornal *Público*, de 03/03/2025, o procedimento concursal destinado à seleção e recrutamento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Auditoria e Transparência, unidade orgânica flexível a que se refere o ponto 10.4 da Deliberação n.º 155/2024, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro.

Concluído o referido procedimento concursal, e atenta a proposta fundamentada de designação, elaborada pelo respetivo Júri, o Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I. P., considerando integralmente cumpridos os requisitos legalmente exigidos, deliberou, em reunião ordinária de 23/07/2025, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pela alínea f) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, nas suas atuais redações, designar a licenciada Marta de Jesus Rosado Santos, para exercer, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Auditoria e Transparência, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I. P., com efeitos a 1 de setembro de 2025.

A designada possui perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das competências e objetivos da unidade orgânica, conforme resulta da respetiva nota curricular, anexa à presente deliberação, e é dotada de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo.

Pode ser exercida a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual.

19 de agosto de 2025. – O Presidente do Conselho Diretivo, António José Ceia da Silva.

#### Nota curricular

Marta de Jesus Rosado Santos.

Data de nascimento: 20/12/1979.

Licenciatura e formação complementar relevante:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2002).

Curso de Estágio para o Exercício da Advocacia, pelo Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados (2004).

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), pela Fundação FEFAL – 5.ª Edição 2020.

Pós-Graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local, pela Universidade Aberta (2024-2025).

Formação profissional relevante:

Participação em diversos cursos, ações de formação, seminários, conferências, colóquios e workshops relacionados com diversas áreas, tais como, Código do Procedimento Administrativo,

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Contratação Pública, Finanças Públicas, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Contraordenações, Execuções fiscais, Auditoria Interna nas Autarquias Locais, Prevenção dos Riscos de Corrupção, Proteção de Dados, Descentralização para os municípios e outras áreas de direito privado.

Experiência profissional:

10/11/2004 -30/10/2011 – Exercício da profissão liberal de advogada.

01/03/2006 a 31/11/2006 – Estágio Profissional no Município de Reguengos de Monsaraz, na função/profissão de consultora jurídica.

31/10/2011 – 02/03/2014 – Técnica Superior no Gabinete Jurídico e de Auditoria do Município de Reguengos de Monsaraz, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

31/10/2011 até à presente data (com interrupção de 03/03/2014 a 20/10/2017) – Advogada, em regime de exclusividade, do Município de Reguengos de Monsaraz.

03/03/2014 a 20/10/2017 – Adjunta do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

21/10/2017 a 10/09/2019 – Técnica Superior no Gabinete Jurídico e de Auditoria do Município de Reguengos de Monsaraz, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

11/09/2019 até à presente data – Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização do Município de Reguengos de Monsaraz.

319454568